



VIIª REUNIÃO DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA

(São Tomé, 25 de maio de 2015)

Realizou-se na cidade de São Tomé, República Democrática de São Tomé e Príncipe, no dia 25 de maio de 2015 a VII Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o representante do Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola, Tenente-General Carlos Couceiro, o Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, General Gerson Menandro Garcia de Freitas, o Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes, o Diretor-Geral de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau, Brigadeiro-General Malam Camará, o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique, Coronel Cristóvão Artur Chume, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, e o Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Gonçalves. A Guiné Maia Equatorial não se fez representar.

Participaram, como convidados, o representante do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Miguel Levy, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Dr. Francisco Azevedo, e os representantes do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD).



Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência do Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, que, depois de dar as boas vindas às delegações presentes, deu a palavra ao Presidente cessante, Dr. Nuno Pinheiro Torres, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa de Portugal.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres fez um rápido balanço das atividades do ano anterior, cujo saldo considerou francamente positivo, tendo ainda salientado a importância deste encontro na preparação da reunião dos Ministros da Defesa da CPLP. Em seguida, entregou formalmente a presidência ao Coronel Alfredo Marçal Lima.

O Presidente submeteu, então, à apreciação a Agenda de Trabalhos, que foi aprovada por consenso.

Ponto 1.a. - Questões internacionais e implicações político-militares no contexto regional para os países membros da CPLP

O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República de São Tomé e Príncipe deu a palavra aos chefes das Delegações, para que se pronunciassem sobre o ambiente geoestratégico internacional e respetivas implicações político-militares no contexto regional para os Estados-membros da CPLP, não se tendo registado, nesta fase, quaisquer comentários preliminares às intervenções dos Ministros da Defesa previstos para o dia seguinte.

Ponto 1.b - Declaração final da 17ª reunião de CEMGFA da CPLP

Sobre este ponto, os DPDN apreciaram os documentos submetidos para aprovação, e previamente validados durante a 17ª reunião de CEMGFA da CPLP.

Numa fase preliminar, as delegações de Angola e do Brasil salientaram as recomendações decorrentes da 17ª reunião de CEMGFA, entre as quais a necessidade de a CPLP começar a efetivar uma atuação conjunta em cenários de resposta a crises, para além das várias ações bilaterais que têm sido conduzidas, comentário que obteve a concordância da generalidade dos presentes. O Brasil referiu especificamente o exemplo da sua experiência no Conselho de Defesa Sul-Americano, prontificando-se a partilhar alguma informação relevante nesta área. Portugal, sem deixar de apoiar a proposta de Angola, salientou que atualmente não há mecanismos que permitam desencadear uma resposta



multilateral concertada em tempo útil, como foi o caso da recente erupção vulcânica na ilha do Fogo, em Cabo Verde.

As delegações de Cabo Verde e de Moçambique confirmaram a disponibilidade manifestada naquela reunião para acolherem alguns dos próximos eventos da Componente de Defesa, nomeadamente, e respetivamente, o exercício “Felino 2016” e a 18ª reunião de CEMGFA da CPLP. A Guiné-Bissau manifestou o desejo de retomar em pleno a sua participação na Componente de Defesa da CPLP, tendo salientado que o recente afastamento criou algumas dificuldades no acompanhamento destas matérias. Todos os representantes aproveitaram a ocasião para agradecer a São Tomé e Príncipe o acolhimento e a organização do presente evento.

Em seguida, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Dr. Francisco Azevedo, apresentou ao plenário uma síntese do Relatório anual das atividades e de contas do CAE/CPLP relativo a 2014, bem como os Planos de atividades e orçamento suporte do CAE relativos a 2015 e 2016.

Nesta intervenção, salientou os seminários agendados para o corrente ano, tendo anunciado a realização de um seminário sobre terrorismo no próximo dia 23 de julho. Apelou também aos Estados membros para que regularizem as contribuições anuais ainda em falta, as quais são, muitas vezes, colmatadas pelo apoio logístico disponibilizado pelo estado hospedeiro (Moçambique). Por fim, solicitou aos Estados membros a disponibilização de peritos para a produção de documentação.

Moçambique colocou à consideração dos presentes a possibilidade de se conceder maior apoio ao Diretor do CAE no exercício das suas funções, nomeadamente a disponibilização de uma viatura dedicada. Manifestou, ainda, disponibilidade para apoiar, a partir do próximo ano, a realização dos primeiros cursos na área da Estratégia no âmbito do CAE.

Os DPDN apreciaram favoravelmente todos os documentos incluídos neste ponto da agenda e recomendam a sua aprovação. Recomendaram, ainda, que o CAE, em conjunto com o SPAD, proceda a um estudo de viabilidade para a eventual atribuição de uma viatura ao Diretor do CAE e de outra para apoio administrativo.

Ponto 1.c. - Exercício “Felino”

Os DPDN tomaram boa nota da apresentação do exercício “Felino 15”, a realizar em Portugal, no mês de setembro, no formato de “Forças no Terreno” (FT). Foi ainda apresentado o próximo ciclo, com Cabo Verde a acolher o “Felino 16”, na modalidade de



“Exercício em Carta” (EC) com o Brasil a conduzir o exercício de “Forças no Terreno” “Felino 17”.

O Brasil chamou a atenção para o facto de, não obstante as suas reservas anteriores, as forças especiais já poderem integrar a estrutura de forças do exercício numa componente dedicada, à luz das mais recentes normas da ONU, pelo que propõe que este assunto seja deixado à consideração do estado anfitrião.

Ponto 1.d. - Revisão do Estatuto do CAE

Na sequência de uma proposta apresentada por Portugal, os DPDN concordaram em alterar para dois a três anos, sem renovação, a duração do mandato do Diretor do CAE, à consideração do Estado membro proponente, de acordo com a sua conveniência ou legislação interna. O preenchimento do cargo caberá, rotativamente, aos Estados membros por ordem alfabética. Ficou também acordado que a tomada de posse do Diretor do CAE deverá, por norma, coincidir com a reunião anual do Conselho Consultivo deste órgão, pelo que existe conveniência em prorrogar o mandato do atual Diretor até fevereiro de 2016. A proposta de revisão é alterada em conformidade e submetida à aprovação dos Ministros da Defesa.

Ponto 1.e. - Proposta de Regimento Interno do SPAD

Na discussão deste ponto, Angola, secundada pelas restantes delegações, referiu a necessidade de uma maior ligação entre o SPAD e o Secretariado Executivo da CPLP. O representante do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Miguel Levy, referiu que este Secretariado tem acompanhado as atividades da Componente da Defesa e que já existem mecanismos para uma efetiva interação com esta Componente, podendo, no entanto, existir margem para um eventual aprofundamento ou melhoramento da ligação existente. Os DPDN referiram ainda a necessidade de se especificar melhor as circunstâncias em que o Coordenador do SPAD poderá delegar as suas funções noutro colaborador da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional de Portugal (MDN-DGPDN).

Na sequência da discussão, os DPDN propõem que se modifique a redação do n.º2 do art.º 4.º, de modo a clarificar as circunstâncias da eventual delegação de competências do Coordenador do SPAD, e o art.º 6.º relativamente à modalidade de participação do



Secretariado Executivo da CPLP nas reuniões, após o que enviam o documento para aprovação em sede de reunião de Ministros da Defesa.

Ponto 1.f. - Proposta de Revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

Os DPDN apreciaram favoravelmente o documento da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, e recomendam a sua aprovação, assim como o seu envio via Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste para o Grupo de Trabalho para Nova Visão Estratégica da CPLP.

Relativamente à revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCCDD), Angola defendeu a necessidade de se obter um parecer jurídico sobre a forma a atribuir às alterações, à recente adesão da Guiné Equatorial, ao posicionamento dos exercícios da série “Felino” e à ligação entre o SPAD e o Secretariado Executivo da CPLP. O Brasil defendeu que se tivesse em conta o facto de as emendas propostas terem sido aprovadas em sede de reunião de CEMGFA. Cabo Verde defendeu que no presente Protocolo, uma eventual alteração não deverá eliminar a referência à Cidade da Praia, onde foi assinado.

Na discussão que se seguiu, foi, por várias vezes, referido o facto de alguns Estados membros não terem ainda ratificado o Protocolo, aos quais se veio juntar a Guiné Equatorial. Foram também manifestadas algumas reservas relativamente à proliferação de órgãos na Componente de Defesa da CPLP.

Portugal referiu que, de acordo com a sua legislação, qualquer alteração a um instrumento jurídico implica necessariamente a elaboração, aprovação e ratificação interna de um novo instrumento jurídico. Apesar destas restrições, Portugal é favorável à revisão do Protocolo, sugerindo, porém, que esta deve ser mais profunda e sustentada.

O Presidente do fórum lembrou que, de acordo com as normas em vigor, o processo de revisão do PCCDD não poderá prosseguir se não houver consenso a esse respeito entre os Estados membros.

A delegação portuguesa propôs, para resolver esta questão, que se adote a seguinte solução:

1. A aprovação de uma declaração ministerial reconhecendo a importância de se concluir o processo de entrada em vigor do Protocolo de Cooperação da CPLP no



Domínio da Defesa e de se iniciar o procedimento de atualização do Protocolo, mandatando os DPDN para coordenar esse processo;

2. O agendamento de uma reunião extraordinária do SPAD (em setembro ou outubro de 2015), com presença dos DPDN, para discutir a elaboração de uma revisão mais profunda e consolidada do PCCDD.

A proposta foi aceite pelos presentes.

Ponto 1.g. - Apresentação das conclusões do 2º Fórum da Saúde Militar

Os DPDN apreciaram favoravelmente e propõem a aprovação das conclusões e recomendações do 2º Fórum de Saúde Militar.

Adicionalmente, manifestaram a sua concordância relativamente à proposta de Portugal para a localização do diretório de Saúde Militar da CPLP na página da Componente de Defesa da CPLP/SPAD.

Ponto 1.h. - Apresentação das conclusões da IV Conferência das Marinhas da CPLP

Os DPDN apreciaram favoravelmente as recomendações/conclusões da IV Conferência de Marinhas da CPLP e o Regulamento elaborado para este fórum, recomendando a respetiva aprovação.

Ponto 2. - Diversos

Cabo Verde deu a conhecer aos presentes o processo de candidatura da sua Ministra das Finanças e Planeamento à presidência do Banco Africano de Desenvolvimento.

Angola defendeu a necessidade de se proceder a um estudo relativo aos logotipos a adotar nas várias iniciativas da Componente de Defesa. Recomendou-se que o SPAD coordene o referido estudo.

Cobertos, deste modo, todos os pontos da agenda, e depois de agradecer as presenças dos delegados, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, deu por finda a VII Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.



São Tomé, 25 de maio de 2015

O Representante do Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa
Nacional da República de Angola

Tenente-General Carlos Filomeno de Sousa Couceiro

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do
Brasil

General de Exército Gerson Menandro Garcia de Freitas

O Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo
Verde

Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes

O Diretor-Geral de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República da
Guiné-Bissau

Brigadeiro-General Malam Camará



O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República
de Moçambique

Coronel Cristóvão Artur Chume

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa

Dr. Nuno Pinheiro Torres

O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República
de São Tomé e Príncipe

Coronel Alfredo Marçal Lima

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da
Defesa da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Martinho Maia Gonçalves